



GEPAL

Grupo de Estudos de Política da América Latina

Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina ISSN: 2177-9503

Imperialismo, nacionalismo e militarismo no Século XXI

14 a 17 de setembro de 2010, Londrina, UEL

**GT 2. Estado, ideologias e meios de comunicação**

# Revista Visão e o projeto de privatização para a economia brasileira na década de 1970

Gervasio Cezar Junior\*

## Introdução

Este trabalho busca analisar a ação orgânica e hegemônica da extinta revista *Visão*, durante o período de ditadura civil-militar, a partir do momento em que o general Ernesto Geisel assume o comando da presidência do Brasil (1974-1979). Bem como sua participação na organização de um projeto de privatização para a economia brasileira.

*Visão* foi fundada em 1952 no Rio de Janeiro, mas em 1957 foi transferida para São Paulo onde permaneceu sediada até ser fechada por problemas financeiros em 1993 (JORGE, 2001, p. 6098-6099). Nos anos 1960 e 1970, chegou a ser uma revista importante, referência nacional em cobertura jornalística econômica e política, local e internacional, com investimento em grandes reportagens (NERY, 2007).

Na década de 1970, *Visão* passou por mudanças profundas, tanto de proprietário, quanto na estrutura ideológica da revista. Em 1972, Said Farah comprou a revista, mas em 1974 revendeu os títulos da revista para o empresário Henry Maksoud:

---

\* Mestrando em História pela Unioeste. End. eletrônico: gervasio\_junior\_17@hotmail.com

De acordo com Isaac Jardimovski, diretor de redação (1975-1990) e diretor-geral do grupo *Visão* (1978-1990), “a compra de *Visão* por Henry Maksoud foi um divisor de águas ideológico: antes de Maksoud, tendência para a esquerda, liberdade para redatores e editores; na fase Maksoud tendência para o chamado liberalismo, tendo em Hayek seu principal mentor intelectual, e orientação centralizada da linha editorial, com marcante presença de temas políticos-filosóficos” (JORGE, 2001, p. 6098-6099).

Além da redefinição editorial, os novos proprietários passaram a periodicidade a semanal e introduziram a impressão colorida (NERY, 2007, p. 287). O que se percebe é um alto investimento em torno da empresa *Visão*. Desde sua compra, até a readequação de suas edições.

A revista manteve a regularidade nas edições e inserção significativa no mercado durante o Regime Militar, fazendo parte de um novo contexto sócio-político marcado, no campo das comunicações, pela expansão dos conglomerados de mídia, inclusive no setor de publicações impressas. Atravessou todo o período e consolidou sua presença como revista quinzenal e, posteriormente, semanal de informação, distribuída em todo o país e financiada pelo sistema publicitário que teve nela um importante meio de divulgação de produtos e serviços dirigidos ao leitor de revistas de informações. O jornalista e diretor da publicação nos anos 1970 Isaac Jardimovski indica como fator relevante a circulação de cerca de 200 mil exemplares da revista em meados dos anos 1970 (NERY, 2007, p. 287).

A circulação da revista *Visão* nos parece bastante relevante para o período, o que nos leva a crer que a inserção de *Visão* no cenário nacional fosse de uma abrangência significativa. Todas essas mudanças se devem, principalmente, pelo fato de Henry Maksoud ter adquirido os direitos da revista.

Maksoud é formado em engenharia pela Universidade Mackenzie, mas seu principal foco de ação sempre foi o setor burguês empresarial. Fundou a empresa Maksoud Plaza Hotel, em São Paulo, e a empresa de engenharia Hidroservice. Também é autor de vários escritos sobre política e economia.

Maksoud deixa claro que seu posicionamento ideológico é pautado nos escritos do economista da Escola Austríaca, Frederick August von Hayek, um dos principais pensadores do neoliberalismo. E isto tem grande influência na postura, e no projeto defendido por Henry Maksoud (GROS, 2003, p. 207).

## “O fenômeno da estatização que assola o país não é uma novidade”

Henry Maksoud em seu editorial intitulado *A falácia do “espaço vazio”- I* inicia uma seqüência de argumentos para definir o papel do Estado na economia brasileira.

A necessidade de definir os papéis do Estado e da iniciativa privada na economia brasileira converteu-se, nos últimos tempos, em assunto obrigatório de pronunciamentos de ministros e de políticos, e de polêmica na imprensa.

Não poderia ser de outra forma. Denunciado, o problema simplesmente não poderia ser ignorado ou reduzido – pois a poderosa e crescente presença estatal no domínio econômico, no Brasil, não é fenômeno recente que se possa desconhecer ou disfarçar. (VISÃO, 10 de fevereiro de 1975, p. 13)

A iniciativa de Henry Maksoud em abrir o debate acerca deste tema é extremamente estratégico. Primeiro porque ele escreve sobre a necessidade de definir os papéis do Estado e da iniciativa privada, mas o foco de discussão de seu texto é voltado para definir onde o Estado pode ou não atuar, como veremos mais sistematicamente nos trechos a seguir.

Em segundo lugar, Maksoud apresenta o Estado como um ser poderoso e que cresce a cada vez mais, como se o Estado tivesse vida própria e caminhasse com as próprias pernas. O tom assustador e problemático com que Maksoud apresenta a intervenção estatal servem para legitimar o papel desempenhado pelo estado como problema, e para justificar seu próprio projeto.

Na seqüência Maksoud começa a esboçar seu projeto. Ele inicia suas colocações delimitando o papel que o Estado deveria exercer na economia brasileira:

Constitui um arquétipo destas afirmações doutrinárias e destes fins últimos a assertiva de que a ação empresarial do Estado se destina a preencher vazios deixados pela iniciativa privada nacional, vazios que, de outra forma, tenderiam a ser ocupados pelo capital estrangeiro.

Tal afirmação parece lógica, quando repetida e enfatizada pelos homens de Governo, no que corresponde aos investimentos necessários a infraestrutura energética e de transportes do país. Nestes, o risco, a baixa rentabilidade e o volume de capitais afastaria o interesse privado. (VISÃO, 10 de fevereiro de 1975, p. 13)

Para Maksoud, a presença do Estado deveria fazer-se através dos setores onde a iniciativa privada não tivesse interesse. Estes setores em que a presença estatal ocuparia os “espaços vazios” são basicamente os de infraestrutura energética e de transporte. Setores que segundo o próprio

Maksoud não geram interesse a burguesia devido seus baixos índices de lucratividade.

É interessante perceber que o Estado não deixa de ser fundamental em determinadas áreas estratégicas para o capital. Mas ele deve deixar a iniciativa das áreas onde os lucros podem ser estratosféricos para a classe burguesa. Vejamos fragmento seguinte:

Porém, o problema não se esgota neste nível superficial. Se se estabelece, por hipótese, que é necessária uma oferta de energia e de serviços de transporte, e que o Estado deva mediante instrumentos empresariais próprios e públicos, materializá-los, também será verdadeiro o fato de que, para concretizar os investimentos inerentes a esta tarefa, o Estado devera adquirir insumos na forma de bens e de serviços, gerando uma demanda que teoricamente deveria ser atendida pelo setor privado. O espaço relativo a essa demanda também está vazio? Ele não estará sendo ocupado por um inconsciente e pouco explicitado movimento de integração e verticalização das atividades estatais que, argumentando com redução de custos dos insumos que usa ou com a segurança de fornecimento, gera procedimentos ou mesmo empresas subsidiárias que substituem a empresa privada existente, negando-lhe esta demanda adicional? (VISÃO, 10 de fevereiro de 1975, p. 13)

A ação do Estado, segundo nosso editor e proprietário da revista Visão, deveria se restringir aos segmentos de infra-estrutura em transporte e energia. Mas na seqüência do texto é que vem a maior sacada. O Estado deve atingir estes segmentos, mas o Estado deve terceirizar este serviço.

Maksoud alerta seu público para a ação do Estado nestes setores que deveriam ser preenchidos pela iniciativa privada. Para Maksoud, o Estado está substituindo a ação da burguesia. Ao invés de adquirir bens e serviços oferecidos pela classe burguesa, ele próprio esta produzindo suas necessidades.

Para Henry Maksoud este é o ponto decisivo a ser discutido, o Estado ocupando os espaços da burguesia brasileira.

O ponto nevrálgico para o qual se voltam às preocupações dos que temem a expansão, mesmo involuntária, da ação estatal, não se encontra na política de investimentos nem nas iniciativas empresariais do Governo. Elas não constituem o principal instrumento desta ação estatizante inconsciente, e ambas são hoje manejadas com um nível de consciência e controle maior que as compras governamentais delas derivadas. Estas sim, pela inexistência de uma política explicita que oriente o poder de compras do Estado, produzem efeitos não previstos, pouco meditados ou mesmo não observados, que levam a expansão da ação estatal e mesmo a competição predatória com a iniciativa privada. (VISÃO, 10 de fevereiro de 1975, p. 13)

No projeto defendido por Maksoud a discussão central sobre o papel do Estado deve passar pela crítica da expansão da ação estatal em competição com a iniciativa privada. Mas cabem aqui os seguintes questionamentos: será que o Estado brasileiro, em pleno ano de 1975, age contra os interesses da classe burguesa? Será mesmo que eles são competidores nas regras do jogo do mercado?

A meu ver, a estratégia de Maksoud é mostrar o Estado entrando no foco de ação da burguesia, tornando-o maximizado para mostrar que o projeto econômico defendido pela revista é minimizá-lo.

No final do parágrafo, Maksoud apresenta a ação do Estado como inconsciente, sem previsão dos atos. Esta é mais uma tentativa de Maksoud descaracterizar o Estado brasileiro, transformando suas ações em atos não pensados. Para nos o Estado sempre tem um projeto em curso, suas ações são sempre muito bem pensadas e elaboradas.

Para mostrar um exemplo concreto do Estado ocupando o lugar da iniciativa privada, Maksoud finaliza o texto e diz:

Também não se pode falar em “vazios” quando o setor público assume, sem justificação possível, tarefas que vinham sendo bem desempenhadas pela empresa privada. Foi que recentemente ocorreu, por exemplo, com a absorção pelos Correios dos serviços de malotes, que o setor privado havia desenvolvido precisamente porque o serviço público se revelara incapaz de cumprir a função.

Uma estratégia nacional que recorra a empresa estatal como instrumento preferível para preencher os vazios é duplamente discutível. Em primeiro lugar – como indicamos anteriormente – porque nem sempre o espaço ocupado pela ação estatal está vazio. Antes de cada nova iniciativa governamental, este ponto deve ser devidamente comprovado. Além disso, a estratégia é bastante discutível, mesmo porque o vazio pode resultar não da falta de interessados em ocupá-lo, mas de condições que estimulem a ocupação. (VISÃO, 10 de fevereiro de 1975, p. 13)

O exemplo dos Correios, colocado por Maksoud, vai ao sentido de qualificar a ação burguesa e desqualificar a presença estatal. Além disso, é uma forma de demonstrar na prática como a ação estatal está ocupando os lugares já antes ocupados pela iniciativa privada.

Maksoud finaliza seu texto discutindo duas questões que resumem o teor de seu editorial. Primeiro, para ele os espaços ocupados pelo Estado nem sempre estão vazios. E segundo, se existe algum espaço vazio na economia é por falta de estímulos vindos do Estado e não por falta de vontade da burguesia.

O fato é que nas palavras de Maksoud a economia brasileira se torna um enorme auditório repleto por cadeiras, onde a maioria dos espaços das cadeiras deve ser ocupado pela burguesia brasileira. A pergunta a se fazer é: qual o espaço destinado à classe trabalhadora? Parece-me que neste auditório, onde no púlpito se encontra o sistema capitalista, o espaço a classe trabalhadora não muda de projeto para projeto.

O que não podemos é tomar como natural esta lei dos espaços, como se isto existisse assim e não fosse possível alteração. Este conjunto de espaços, vazios ou não, foram criados a partir do projeto defendido por Maksoud. Um projeto que visa à mínima ação do Estado perante a economia, e a máxima ação da classe burguesa. É por isso que Maksoud bate tantas vezes na ação do Estado como predatória, como incapaz, e coloca a ação privada como satisfatória.

Na continuação da discussão feita por Maksoud sobre o papel do Estado na economia brasileira, o editor da revista *Visão*, e seu proprietário, foca seu texto na falta de incentivos por parte do Estado para o fortalecimento e ampliação da classe burguesa brasileira.

Maksoud inicia seu editorial ironizando o problema dos “espaços vazios”:

O argumento dos “espaços vazios”, invocado para justificar a ampliação das atividades econômicas estatais, apresenta mais um aspecto que merece discussão. Se existem, de fato, tais “espaços”, qual a causa desse fenômeno?

Não haverá empreendedores no Brasil? Serão os brasileiros, enquanto **particulares**, marcados por um tabu tropicalista, ou por maldição divina, que necessariamente os destine a mediocridade ou a incompetência? Se é este o caso, que milagre é esse que os torna presumivelmente capazes, quando convertidos em dirigentes de empresas do Estado?

A experiência tem mostrado que não existe esse milagre. O que ocorre, simplesmente, é que, na ausência de condições favoráveis (e, mais do que isso, na presença de inúmeros obstáculos), o empreendedor brasileiro, como tal, e enquanto particular, dificilmente pode surgir no cenário econômico e quando se lança não consegue realizar todas as suas potencialidades. Infelizmente, para aumentar o suprimento dos homens empreendedores de que a nação tanto necessita para sustentar seu desenvolvimento, não basta acreditar – como se acredita – nas convicções antiestatizantes da cúpula do Governo; e de pouca valia será o “poderoso, amplo e variado sistema de incentivos” e “mecanismos” creditícios oficiais recentemente lembrados pelo ministro de Planejamento em aula inaugural no Rio de Janeiro. Sem um sistema financeiro que realmente possa viver o clima de livre empresa (o empreendedor, entenda-se, não é necessariamente um capitalista) e sem uma política – que permeie e engaje **todos** os escalões do Governo – decididamente voltada para efetivamente

**deixar** caminho à capacidade “**de por em marcha coisas novas**”, é simplesmente lógico que o empreendedor potencial privado brasileiro deixe de aparecer em cena e que por isso a empresa nacional cresça menos do que poderia e ocupe menos espaço do que deveria ocupar. Sem **clima** não haverá empresa privada na escala que o país precisa, porque a semente da empresa, **o empreendedor**, não floresce apenas a indicação de **tempo** bom, que – ele sabe – pode ser passageiro. (VISÃO, 24 de fevereiro de 1975, p. 11)

Os questionamentos no início do texto, levantados em tom irônico por Henry Maksoud, leva-nos a pensar a ação do Estado de encontro à ação da burguesia brasileira. Maksoud tenta mostrar a seu público alvo, que o Brasil possui uma classe capaz de tomar as rédeas da economia, mas esta classe está sendo barrada pelas ações estatizantes do Estado.

Logo após está bateria de questões, o proprietário da revista mostra a solução para os problemas. Para ele, a solução dos “males” dessa burguesia brasileira entrelaça por dois pontos, primeiramente a falta de incentivos do próprio Estado. Para Maksoud, o Estado precisa criar mecanismos para facilitar o crescimento, em todos os níveis, da classe burguesa brasileira.

Neste primeiro ponto encaminho a discussão para duas contradições fundamentais neste discurso. Em primeiro lugar, Maksoud deixa transparecer que a uma necessidade constante de diminuição da participação do Estado na economia brasileira, **mas**, é aqui que se encontra nossa primeira contradição, o Estado deve criar mecanismos capazes de facilitar a realização das potencialidades (termo utilizado por Maksoud) da classe burguesa.

É interessante notar que se for para expandir os canais de lucratividade da classe burguesa o Estado deve intervir. Neste sentido a atuação da máquina estatal na economia é legítima para a burguesia.

A segunda contradição do primeiro ponto em discussão esta amarrada com a apresentação do segundo ponto. Além de criticar a falta de incentivo por parte do Estado para o grupo que ele chama de empreendedores, Maksoud acrescenta que tem pouca validade a gama de incentivos creditícios por parte do governo sem um sistema financeiro e uma política que aspire às necessidades empresa privada.

Ora, se o Estado peca em incentivos, qual a melhor forma de incentivar a classe burguesa se não for à abertura de créditos? Com esta pergunta apresentamos a segunda contradição do primeiro ponto para encaminharmos para o segundo ponto.

Se o crédito apresentado pelo Estado não se mostra um incentivo suficiente, basta olharmos para a seqüência do fragmento e entenderemos o teor das criticas oferecidas por Maksoud. Para Maksoud tem pouca validade

a gama de incentivos creditícios por parte do governo sem um sistema financeiro e uma política que aspire às necessidades empresa privada. O editor da revista atenta para uma questão maior a ser colocada, para ele o projeto para a economia brasileira deve ser diferente.

O projeto para a economia do Brasil deve ser novo, um projeto que respire e transpire a empresa privada. Para Maksoud, é a classe burguesa quem deve tomar a cena para si e produzir o desenvolvimento do país. Para isso o Estado deve elaborar o sistema financeiro e uma política em prol da classe burguesa.

No artigo de seu editorial *Para desinchar basta cumprir a lei*, Maksoud acrescenta parágrafos da constituição de 1967 para legitimar seu discurso privatizante:

Tendo assistido, ao longo dos últimos anos, a uma crescente e sufocante presença do Estado no domínio econômico, que significado pode ter para o empreendedor privado, o ato de investir e de assumir um risco, se não há, na prática, regras que lhe permitam avaliar esse risco, nem uma opção política inequívoca a respeito do tipo de regime econômico em que viveremos dentro de alguns anos?

Antes de qualquer outra medida, uma clara definição de uma filosofia privatista poderia ser alcançada, simplesmente, pelo cumprimento da lei. Temos uma Constituição que afirma, no artigo 170: **“As empresas privadas compete, preferencialmente, com o estímulo e o apoio do Estado, organizar e explorar as atividades econômicas”**. E o parágrafo 1º acrescenta: **“Apenas em caráter suplementar da iniciativa privada o Estado organizará e explorará diretamente a atividade econômica”**.

O Decreto-lei 200, de 25-2-67, declara, no artigo 10.º que “a execução das atividades da Administração Federal devesse ser amplamente descentralizada”, sendo uma das formas de descentralização a transferência de tarefas para a órbita privada, mediante contratos e concessões. O parágrafo 7.º especifica: **“Para melhor desincumbir-se das tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e controle, e com o objetivo de impedir o crescimento desmesurado da máquina administrativa, a Administração procurará desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, a execução indireta, mediante contrato, desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos de execução”**. (VISÃO, 07 de abril de 1975, p. 09)

Agora, amparado por sua compreensão da constituição de 1967 e demais leis e decreto complementares, Maksoud volta a enfatizar que não há terreno apropriado para o florescimento da livre iniciativa privada brasileira. E ele volta a frisar que este tipo de regime e/ou projeto econômico em curso não possibilita a ação da iniciativa burguesa.



Ora, para Maksoud o que importa é uma filosofia privatista. E para ele, o próprio cumprimento da lei já o alcançaria. E os trechos retirados por ele dos textos oficiais remetem a uma ação máxima da empresa privada, seja por meio de investimentos diretos, seja por meio de contrato de serviços.

O fato é que a maneira escancarada com que Henry Maksoud defende como ele mesmo chama de filosofia privatista leva a uma desqualificação do papel do Estado. Isto entra em contradição, já apresentada acima, com a eficiência que o Estado exala ao abrir caminhos para a expansão e afirmação da classe burguesa:

Ora, o que vem ocorrendo, no país, é exatamente o contrário do enunciado nas leis. Ao invés de delegar, a empresa pública tem sofrido um acelerado processo de inchaço, pela absorção de inúmeras atividades-meio que poderiam – e deveriam estar sendo executadas pela iniciativa privada. Antes de qualquer outra providência, um importante impulso, e estímulo, à empresa privada poderia ser obtido por um simples processo de desinchaço do setor público, se este passasse, **como manda a lei**, a comprar, ao invés de gerar, diretamente, os insumos e serviços cuja produção não é de sua alçada ou que poderia ser realizada com maior competência pela empresa privada. (VISÃO, 07 de abril de 1975, p. 09)

O trecho retirado do editorial escrito por Maksoud serve para demonstrar o quanto o papel do Estado deve estar associado à prática privatista. O proprietário da revista coloca que o Estado não deve produzir, este mecanismo é de interesse da burguesia. Ao Estado cabe comprar insumos e serviços. A atividade de produção é exercida com maior competência pela empresa privada.

A forma como Maksoud diz remete a pensarmos que os direitos naturais da atividade de produzir foram delegados especificamente à classe burguesa. Naturalizando o processo, Maksoud extingue do ato da produção não apenas o Estado, mas as demais classes em geral.

## Conclusão

*Visão* possui como um dos eixos mais importantes de seu pensamento a diminuição do papel do Estado na economia brasileira. A discussão acima reflete apenas uma parte bem pequena das análises feitas com base nos editoriais escritos por Henry Maksoud. A importância em se trazer estes trechos é porque eles demonstram sinteticamente um pouco do projeto de privatização da economia brasileira por parte de *Visão*.

O projeto de privatização para a economia brasileira de *Visão*, ainda nos anos de 1970, sem dúvida reflexo da influência que Hayek exerce em

Maksoud. E Maksoud buscando inserir na arena da disputa de projetos hegemônicos brasileiro o debate que ele faz com Hayek.

## **Bibliografia**

FONSECA, Francisco César Pinto da. A imprensa liberal na transição democrática (1984-1987): projeto político e estratégias de convencimento (Revista Visão e Jornal O Estado de São Paulo). Dissertação de Mestrado UNICAMP, 1994.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere, vol. 2: Os intelectuais. O Princípio Educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.

GROS, Denise Barbosa. Institutos Liberais e neoliberalismo no Brasil da Nova República. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (Teses FEE; n. 6), 2003.

JORGE, V. L. Visão. In: ABREU, A. A. [et al.] (Coord.). Dicionário Histórico-bibliográfico brasileiro pós-1930. 2º ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. 5 v., p. 6098-6099.

NERY, João Elias. Páginas de Cultura, Resistência e submissão: livros na revista Visão (1968-1978). IN: Revista Em Questão, Porto Alegre, v. 13, n. 2, jul/dez 2007.

SILVA, Carla Luciana Souza da. Veja: o indispensável partido neoliberal (1989-2002). Tese de Doutorado em História. Niterói: UFF, 20